Dossiê: Ensino de História, História das Mulheres e Desigualdades Sociais no Brasil

POR UMA PEDAGOGIA FEMINISTA: POSSIBILIDADES DA PRODUÇÃO DE FONTES DIGITAIS PARA O ENSINO DE HISTÓRIA DAS MULHERES

THINKING ABOUT A FEMINIST PEDAGOGY: POSSIBILITIES FOR PRODUCING DIGITAL SOURCES FOR TEACHING WOMEN'S HISTORY

Alina dos Santos Nunes[1]
Lara Lucena Zacchi[2]

Resumo: Este trabalho propõe uma reflexão, através da perspectiva da História das Mulheres, sobre a potencialidade da produção de fontes feministas, sobretudo digitais, como possibilidades para o ensino e pesquisa de História. A partir da análise da trajetória e da produção realizada pelo Laboratório de Estudos de Gênero e História da Universidade Federal de Santa Catarina (LEGH/UFSC), objetivamos articular estratégias para a construção de um ensino de História capaz de validar a História das Mulheres e combater silenciamentos históricos. No decorrer das discussões, foi possível perceber a importância da insistência em uma pedagogia feminista para combater e tensionar os contínuos silenciamentos das mulheres, destacando sua historicidade.

Palavras-chave: História das mulheres; pedagogia feminista; fontes digitais.

Abstract: This paper proposes a reflection, through a Women's History perspective, upon the potentiality of producing feminist sources, especially digital, for teaching and researching History. From the analysis of the trajectory and the production carried out by the Gender and History Studies Laboratory of the Federal University of Santa Catarina (LEGH / UFSC), we aim to articulate strategies for the construction of a History education capable of validating the History of Women and fighting historical silences. Along these discussions, we tensionate how to perceive the importance of insisting on a feminist pedagogy to fight and address the continuous silences, highlighting their historicity.

Keywords: Women's History; feminist pedagogy; digital sources.

[1] Mestranda em História pelo Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), bolsista FAPESC/CAPES. Graduada do curso de Bacharelado e Licenciatura em História também pela UFSC. É vinculada ao Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH/UFSC) e integra o projeto Políticas da Emoção e do Gênero nas resistências às ditaduras no Cone Sul (CNPq) coordenado pela Profª Drª Cristina Scheibe Wolff. E-mail: alinanunes2@gmail.com
[2] Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina e graduada do curso de Bacharelado e Licenciatura em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. É vinculada ao Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH/UFSC). Dedica-se à área dos estudos de gênero, história das mulheres e os estudos acerca da memória nos contextos das ditaduras militares do Cone Sul. E-mail: laralucenaz1@gmail.com

Introdução

O momento atual é especialmente tenso para nós, historiadoras e professoras de História no Brasil. No final do mês de abril de 2020, a proposta da regulamentação da profissão do historiador foi vetada integralmente pelo Senado[3]. Esse acontecimento, ocorrido em plena pandemia do COVID-19[4], soma-se também à exclusão integral das áreas de Humanidades, Artes e Ciências Sociais das novas chamadas de bolsas de Iniciação Científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Não é coincidência que os ataques às Humanidades sejam potencializados em um momento tão sério que configura a maior crise sanitária mundial de nossa época. A pandemia de COVID-19 se expandiu de maneira tão vertiginosa por conta de um contexto de crise muito mais amplo. Afinal, "*o capitalismo global é de fato responsável pela incapacidade de lidar com esta pandemia*", apontou recentemente Angela Davis (DAVIS; KLEIN, 2020, p. 10). Pois a crise é também do sistema econômico capitalista, que atinge seu limite de exploração de pessoas, animais e do meio-ambiente. De acordo com Boaventura de Sousa Santos (2020, p. 23), "*enquanto a crise da pandemia pode ser de algum modo revertida ou controlada, a crise ecológica já é irreversível e agora há apenas que procurar mitigá-la. Mas mais grave ainda é o facto de as duas crises estarem ligadas*". Ainda, o autor afirma que

> Haverá mais pandemias no futuro e provavelmente mais graves, e as políticas neoliberais continuarão a minar a capacidade do Estado para responder, e as populações estarão cada vez mais indefesas. Tal ciclo infernal só pode ser interrompido se se interromper o capitalismo (SANTOS, 2020, p. 32).

[3] O presente artigo foi escrito no primeiro semestre de 2020. Em agosto deste mesmo ano, o veto foi revertido no Senado graças à mobilização de diversas pessoas em apoio aos profissionais da História. Após anos de mobilização e luta dos historiadores e historiadoras, o direito de termos nossa profissão regulamentada foi finalmente conquistado.

[4] A pandemia do COVID-19, declarada como tal pela OMS em março de 2020, foi causada pela disseminação do vírus SARS-CoV2. No Brasil, os primeiros casos confirmados sucederam em fevereiro de 2020 e a primeira morte confirmada pelo vírus se deu em março deste mesmo ano. Cinco meses após a primeira morte, já somamos mais de 3 milhões de casos confirmados e mais de 100.000 óbitos pela doença. Esse texto é também uma homenagem à memória de cada uma dessas pessoas que morreram. A falta de políticas públicas de saúde para contenção do vírus no Brasil demonstrou-se como mais uma forma de descaso, negligência e extermínio da população brasileira pelo governo Bolsonaro. Ver mais em: ZACCHI; MORATO, 2020.

Para além disso, a crise é na ciência, cada vez mais negada e deturpada, o que ajuda a disseminar o vírus. A crise é também da intelectualidade – os discursos anti-intelectuais impossibilitam a tomada de medidas corretas de combate à pandemia em países como o nosso. Dito isto, o ataque às Ciências Humanas e à educação num geral já vinha sendo forjado desde os acontecimentos relacionados ao projeto Escola Sem Partido, popularizado entre a direita e organizado *on-line* desde, pelo menos, 2014. Mesmo que o Projeto de Lei que supostamente combate a "doutrinação de esquerda" nas escolas de ensino básico não tenha sido promulgado, os ataques a professores das mais diversas áreas em diversas regiões do país é constante. Muitos professores são filmados sem autorização, sofrem processos administrativos e linchamentos virtuais quando trazem para a sala de aula algumas temáticas, mesmo quando amparados pelo que está previsto nas Propostas Curriculares dos estados e municípios. Dentro das Humanidades, notadamente na área de História, um dos principais temas que constantemente é considerado "doutrinador" é a temática que envolve os estudos de gênero, a História das Mulheres e do feminismo, o que pode envolver as lutas LGBTs e outras temáticas referente às sexualidades dissidentes ao longo da História. A retirada dos termos "gênero" e "orientação sexual" do Plano Nacional de Educação, em 2014, precisa ser considerada como um importante marco de um projeto maior que busca desmantelar um campo já tão frágil, o da História das Mulheres.

A área da História das Mulheres pode ser entendida como um campo frágil porque foi construída sobre uma base que precisa ser transformada justamente *pelos* estudos dessa área (AHMED, 2017): "*O objetivo é transformar o próprio terreno sobre o qual construímos; queremos destruir as fundações*" (AHMED, 2017, p. 176, tradução nossa). O silenciamento das narrativas sobre mulheres na História está na base da criação de nosso campo de pesquisa. Assim, a insistência na importância de uma História das Mulheres não pode nunca ser abandonada; ainda há muito a se descobrir, ainda existem muitas vozes que precisam ser escutadas. Precisamos resistir a esse contexto no âmbito acadêmico, e, sobretudo, dentro das salas de aula.

Consequentemente, pontuamos a importância da História das Mulheres dentro do campo do ensino da História. Quando pensamos sobre o ensino da História das mulheres, refletir sobre a produção de fontes é uma questão muito sensível. Afinal,

"*os materiais que* [...] *historiadores utilizam (arquivos diplomáticos ou administrativos, documentos parlamentares, biografias ou publicações periódicas...) são produtos de homens que têm o monopólio do texto e da coisa públicos*" (PERROT, 2017, p. 120). Assim, de que forma produzimos um conhecimento histórico – pautado na interlocução entre ensino e pesquisa – capaz de abranger a História das mulheres, se a produção de fontes históricas e a própria historiografia se destinou enquanto um espaço ocupado majoritariamente por homens?

Este artigo busca levantar discussões para esta problemática. Considerando que a potencialidade da construção do conhecimento histórico perpassa também pela necessidade da articulação entre a pesquisa e o ensino de História, buscamos estabelecer reflexões sobre o trabalho realizado no Laboratório de Estudos de Gênero e História da Universidade Federal de Santa Catarina (LEGH/UFSC), pensando em suas pesquisas realizadas como possibilidades para a construção de um ensino de História capaz de validar a história das mulheres e combater silenciamentos históricos. Assim, apresentamos neste artigo parte do trabalho realizado pelo LEGH, tal como: suas reuniões e encontros, suas fontes produzidas e publicadas, seu arquivo feminista (IRE; GOMES, 2019). As fontes apresentadas neste trabalho dizem respeito ao webdocumentário "Mulheres de luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985)" e sua websérie disponível na plataforma digital do Youtube. A fim de elucidar essas discussões, articulamos nossas reflexões a partir da História das Mulheres, pensando as fontes digitais enquanto possíveis suportes para a construção da prática de uma pedagogia feminista.

História das Mulheres e pedagogias feministas: debates necessários ao Ensino de História

Entendemos a pedagogia feminista ancoradas em um conceito mais amplo, debatido por Sara Ahmed (2017) e bell hooks (2013). Sara Ahmed, em seu livro *Living a feminist life*, entende a pedagogia feminista como práticas, emoções e ideias que se alinham à uma vida também feminista, na qual estamos o tempo inteiro tensionando as opressões que percebemos em nosso cotidiano, em nossos lares, nas mesas de jantar, nas salas de aulas, em espaços acadêmicos e outros espaços institucionais.

Já bell hooks (2013), em seu livro "Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade", dialoga com os escritos de Paulo Freire buscando construir uma pedagogia engajada, crítica, libertadora, feminista e antirracista. O livro de hooks é resultado de reflexões sobre sua pesquisa e suas experiências em sala de aula. Comprometida com a pedagogia feminista, bell hook afirma: *"peguei fios das obras de Paulo [Freire] e teci-os naquela versão de pedagogia feminista que acredito estar incorporada no meu trabalho de escritora e professora*" (hooks, 2013, p. 74). Nesse mesmo sentido, a autora deixa evidente que "*a pedagogia crítica e a pedagogia feminista são dois paradigmas de ensino alternativos que realmente deram ênfase à questão de encontrar a própria voz*" (hooks, 2013, p. 246). Outra temática importante que é abordada pela autora é a questão do entusiasmo como ferramenta pedagógica, o que vai de encontro com o que pensamos sobre a importância das emoções na pedagogia feminista (AHMED, 2015).

Em sequência, ao refletirmos sobre as produções historiográficas "tradicionais", consideramos que as mulheres, em suas variadas subjetividades, foram excluídas não somente das narrativas oficiais da História, como da sua escrita (PERROT, 1989). Ressaltamos, então, nosso dever como feministas em ampliar as narrativas históricas que não se limitem em perspectivar experiências de mulheres, mas que também sejam capazes de produzir maneiras para que essas vozes sejam, de fato, ouvidas, permitindo que as mulheres ajam enquanto autoras de sua própria História. Refletir sobre as maneiras de resistir aos diversos silenciamentos históricos, propondo uma historiografia fundamentada na inserção das sujeitas "excluídas da História" (PERROT, 2017), percorre distintos aspectos relacionados à produção do conhecimento.

É importante ressaltar que a suposta "neutralidade" das ciências é inexistente. A produção dos conhecimentos é sempre situada e demarcada, ou seja, é parcial. Num geral, a história da produção de conhecimento é uma história eurocêntrica, colonial[5], branca, realizada a partir do ponto de vista do homem, considerado o sujeito universal, detentor desse conhecimento também dito universal. Dentro das ciências

[5] As discussões sobre o tema dos "saberes localizados" e das ciências parciais são diversas, complexas e em constante debate. Algumas dessas discussões podem ser vistas em HARAWAY, 1995 e HARDING, 1986.

humanas, e, mais especificamente, dentro da História, os conhecimentos acerca de sujeitos que não cabem nos moldes do "sujeito universal" são vistos como conhecimentos específicos, como *o outro*. As mulheres são pensadas em relação aos homens, são *as outras* (MELLO, 2019). Dentro dessa relação de alteridade, "*a desigualdade, a falta de equidade, de acesso a direitos iguais, se naturaliza no discurso das ciências, e o preconceito e a discriminação se tornam 'invenções'*." (MELLO, 2019, p. 1). Aqui reside a importância dos estudos e pedagogias feministas, pois "*oferecem um contraponto a essa perspectiva de ciência 'neutra' que invisibiliza desigualdades*" (MELLO, 2019, p. 1).

Complementando as discussões levantadas acerca produção de uma História das Mulheres, Joan Scott (1995) apresenta sua perspectiva a partir dos estudos de gênero, sendo uma das primeiras teóricas a considerar o gênero como uma importante categoria de análise histórica. O texto "Gênero: uma categoria útil de análise histórica", publicado pela primeira vez em 1986, embasa até hoje diversos trabalhos sobre relações de gênero e História das Mulheres. Como bem apontou Joana Maria Pedro (2011), os estudos de gênero e os estudos feministas, dentro da História, fazem um constante trabalho de modificar o debate historiográfico trazendo à tona categorias consideradas marginais. No fim, é um trabalho que, na verdade, busca modificar as tradições historiográficas que, por muito tempo, definiram quem eram os "verdadeiros" sujeitos da história:

> Os estudos de gênero, aqui incluindo as categorias 'mulher', 'mulheres', 'feminismo', 'feminilidades', 'masculinidades' e 'relações de gênero', têm buscado se colocar no centro do debate historiográfico, tentando fazer com que essas categorias se tornem comuns para quem pesquisa nesse campo. Ao mesmo tempo, como quaisquer outras, essas mesmas categorias vivem as instabilidades dos sentidos que lhes são atribuídos, resultado de lutas dentro do próprio campo. Encontra-se, ainda, portanto, nas margens do saber historiográfico. E, talvez por isso mesmo, busca novas maneiras de pensar essas margens, deslocando o centro, inventando novos percursos (PEDRO, 2011, p. 8).

Soraia Carolina de Mello (2019) também aponta que, embora as ciências possam parecer distantes de nossas vidas cotidianas, entender a historicidade e "*evidenciar as desigualdades é pré-requisito fundamental para se pensar e construir as transformações*." Sara Ahmed (2015) afirma que compreender a historicidade das

relações de poder entre homens e mulheres é perceber que nem tudo “sempre foi assim”, e esse é o primeiro passo para que possamos mudar as estruturas de dominação. Se as relações de poder foram construídas e “nem sempre foram assim”, a possibilidade da desconstrução e destruição dessas relações é real. Sendo assim, “*é para isso que servem os estudos feministas, para transformar e salvar vidas, para erradicar escandalosas e históricas injustiças sociais*” (MELLO, 2019, p. 1).

Nesse sentido, para que os estudos feministas possam, de fato, transformar e salvar vidas, é importante demarcar a relação entre o que se estuda na universidade e o que se ensina nas salas de aula das escolas, articulando os saberes acadêmicos aos saberes escolares. Assim, pensamos nas possibilidades relacionadas ao ensino de História, permitindo dar início a uma pedagogia realmente feminista, a uma educação como prática da liberdade (hooks, 2013).

Novas possibilidades para produção de fontes feministas

Ao passo que Maria Auxiliadora Schmidt e Marlene Cainelli (2004) evocam para o uso das diferentes fontes históricas como método imprescindível para a prática do ensino de História, retomamos nossa reflexão acerca dos limites e possibilidades da produção de um ensino que abranja plenamente a História das Mulheres, do feminismo e dos estudos de gênero. Segundo as autoras citadas, o uso crítico dos variados documentos em sala de aula é o que permite o sentido da análise histórica (SCHMIDT; CAINELLI, 2004), viabilizando a produção da consciência histórica. Considerando esses apontamentos, nos dedicamos em pensar a importância de utilizarmos, no âmbito do ensino, fontes que dêem conta de problematizar os apagamentos, opressões e violências vivenciados pelas mulheres no curso da História. Para além disso, consideramos necessário a produção e uso de fontes que abordem suas lutas, vivências e resistências, em suas mais diferenciadas formas.

Por acreditarmos que os espaços públicos foram majoritariamente ocupados por homens e, consequentemente, as produções de fontes perpassam por essas relações de desigualdade de gênero, consideramos ainda insuficientes os documentos que situem as mulheres enquanto agentes de sua própria história. Ao

abordar sobre a dicotomia do espaço público/privado, Mary Beard (2018) afirma que as mulheres foram historicamente excluídas da vida pública nas sociedades ocidentais, sendo relegadas ao espaço privado. Nessa lógica, os discursos e as vozes políticas, por serem destinados ao espaço público, são aspectos historicamente excluídos das mulheres. Assim, o espaço público e, consequentemente, o político, é um espaço destinado aos homens, sujeitos que detêm a liberdade de transitar entre o público e o privado, diferente das mulheres. Ainda, Mary Beard (2018) afirma que, mesmo quando mulheres alcançam suas vozes e protagonismo no espaço público, têm suas ações e legitimação política questionada.

É nesse sentido que ressaltamos a importância da produção de novas fontes históricas que propiciem que vozes de mulheres alcancem o espaço público, agindo enquanto sujeitas políticas. Para além disso, destacamos a importância da ampla divulgação dessas fontes no que cerne a difusão e a democratização do ensino e da pesquisa histórica. É também a partir dessas reflexões que situamos a chamada História Digital enquanto um emergente campo de atuação para o tempo presente, capaz de auxiliar na produção do conhecimento histórico a partir de uma perspectiva feminista.

A chamada História Digital teve suas primeiras manifestações nos anos 1980 (AYRES, 2001) e vem sendo, desde então, desenvolvida enquanto um campo que possibilita metodologias para a análise e construção da historiografia baseada no uso das novas tecnologias de comunicação, como é o caso da Internet. A História Digital ainda é um campo de estudos recente na historiografia e vem sendo desenvolvida, sobretudo, em ressonância com o campo da História do Tempo Presente e da História Pública. Muitos trabalhos têm sido desenvolvidos atualmente, no intuito de definir metodologias, desafios e debater sobre as possibilidades da História Digital para o ensino e a pesquisa histórica[6]. Essa metodologia articula novas abordagens historiográficas no que diz respeito à utilização e análise das fontes digitais enquanto fontes históricas. Edward Ayres (2001), ao defender a História Digital enquanto uma possibilidade de realizarmos narrativas inovadoras, aponta a relevância do campo ao

[6] Este artigo não tem como objetivo principal desenvolver as definições da História Digital, tampouco definir suas metodologias, porém, indicamos os debates suscitados nas seguintes leituras: COHEN; ROSENZWEIG, 2006; PIANTÁ; TERRES, 2020; MACHADO, 2020.

trabalho historiográfico, ressaltando que as historiadoras e historiadores têm razões especiais e singulares para utilizá-la: "*Podemos tentar apresentar a história de maneira mais autoconsciente, utilizando vários pontos de vista, cronologias e vozes, mais do que em nossa prática recente*" (AYRES, 2001, p. 7, tradução nossa). Segundo o autor, então, a História Digital pode ser tanto um incentivo quanto uma ferramenta para uma História mais rigorosa, capaz de abranger vozes e implicações múltiplas (AYRES, 2001).

Para além disso, a Internet pode ser pensada como um espaço público que possibilita que mulheres falem por si, ocupando espaços que não se restrinjam ao privado. Ao ponderar a Internet enquanto um ambiente propício para a construção de ações e redes feministas, Carolina Branco de Castro Ferreira (2015) considera que este meio de comunicação digital é um espaço que contribui para que as mulheres possam atravessar as fronteiras do privado, fortalecendo suas lutas. Ainda, Ana y Montserrat Boix de Miguel (2013) também ressalta a importância do uso das mídias digitais pelo movimento feminista como forma de intensificar sua luta no tempo presente, destacando o termo "ciberfeminismo". Para a autora,

> O ciberfeminismo se constitui cada vez mais como uma interessante alternativa. Nós, mulheres conseguimos conquistar nosso próprio espaço na rede online. Não se trata de um território exclusivo, mas temos demonstrado sermos capazes de estabelecer nossas próprias regras neste novo meio, disputando [...] o espaço virtual do patriarcado. (DE MIGUEL, 2013, p. 25, tradução nossa)

O ciberfeminismo[7], então, pode ser entendido como uma interação do feminismo com o ciberespaço[8], na qual a Internet é capaz de atuar como uma forma de articulação das lutas feministas. Através da apropriação da tecnologia, o feminismo desenvolve uma potente ferramenta que tensiona as estruturas das desigualdades de gênero e sexo. Nesse sentido, o ciberfeminismo é entendido não apenas como uma "plataforma", mas também como uma identidade e, sobretudo, como uma prática (ALBU, 2017). Ainda, Débora Albu (2017) pontua que o ciberfeminismo no Brasil possui diferentes maneiras de manifestar-se, seja a partir da construção de blogs,

[7] Consideramos relevante para este artigo a noção de ciberfeminismo. Contudo, este não diz respeito ao foco principal do trabalho. Ver mais em LEMOS, 2009.

[8] Pierre Lévy (1999, p. 92) define o ciberespaço como "o espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial dos computadores e das memórias dos computadores". Assim, o ciberespaço possibilita novas formas de interações sociais a partir do uso da Internet.

interações em redes sociais, grupos de discussão e de apoio feminista, entre outras expressões.

A importância da ocupação do espaço público das redes sociais e mídias digitais pelas mulheres como ativistas de um ciberfeminismo demonstra que os embates políticos tomam o campo da Internet[9]. Ou seja, considerar a Internet como um espaço público de mais relativo fácil acesso do que os espaços públicos "tradicionais"[10] permite novas configurações para as lutas feministas. A importância de ocuparmos esses espaços vai além dessas questões já levantadas, pois se relaciona também com a produção do conhecimento histórico para além dos muros acadêmicos[11], tensionado o negacionismo e o revisionismo histórico difundidos – também através de mídias digitais – na memória social por setores neoliberais, reiterando, assim, o caráter político de nosso ofício. Retomamos, por fim, a relevância da História Digital para a publicização e estudo da História das Mulheres e dos feminismos, evidenciando a necessidade da construção de caminhos que tornem possíveis essas práticas. É nesse sentido que apresentamos a atuação e produção do Laboratório de Estudos de Gênero e História da Universidade Federal de Santa Catarina (LEGH/UFSC).

O Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH/UFSC): encontros, fontes e arquivos feministas

Em 2006, o antigo Laboratório de História Social da Universidade Federal de Santa Catarina transformou-se no Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH), já que, desde 2004, as pesquisas sobre o período das ditaduras no Cone Sul a partir de perspectivas de gênero tornavam-se cada vez mais intensas, desenvolvidas

[9] Sobre esse tema, é pertinente a tese de doutorado de Larissa Viegas de Freitas Mello. Ver mais em FREITAS, 2020.

[10] Sabemos que nem todas as pessoas têm acesso à internet, principalmente no Brasil. Acessar ou não a Internet perpassa por razões de classe, raça e localização (como por exemplo, meio urbano e meio rural). De qualquer maneira, dentro do debate que considera o espaço público como o único espaço onde as questões políticas são legitimadas, a Internet é um espaço mais democrático do que a maioria dos espaços institucionais onde se "faz" política. Uma política geralmente masculina.

[11] A chamada "História Pública" também se alinha nessas discussões, articulando-se com a História Digital. Para saber mais sobre este recente campo, ver mais em: MAUAD; ALMEIDA; SANTHIAGO, 2016; MALERBA, 2014.

por uma equipe de professoras do Departamento de História. As pesquisas buscavam delinear uma narrativa histórica sobre o contexto da criação do movimento feminista de "Segunda Onda" no Brasil, a partir dos anos 1970, apesar do contexto da ditadura militar (1964-1985) não ter facilitado a formação dos grupos feministas no país (SILVA; PEDRO; WOLFF, 2018). As viagens de pesquisa das primeiras pesquisadoras do Laboratório, Cristina Scheibe Wolff, Joana Maria Pedro, Roselane Neckel e, a partir de 2012, Janine Gomes da Silva, foram importantes para a posterior construção de um acervo do LEGH, que salvaguarda documentos, livros e entrevistas que datam dessas primeiras viagens aos países do Cone Sul e que contribuíram para a construção de diferentes narrativas sobre as ditaduras nesse países (IRE; SILVA, 2019). Atualmente, outra professora do departamento de História que faz parte do LEGH é Soraia Carolina de Mello, que teve boa parte de sua trajetória de formação como integrante do Laboratório.

Da construção – sempre em andamento – do Laboratório, também fazem parte alunas da graduação, mestrandas, doutorandas e pós-doutorandas, que, com suas respectivas pesquisas, propuseram novas questões sobre os mais diversos temas que circundam os Estudos de Gênero na História. As pesquisas de todas essas pessoas configuram importante parte do acervo do LEGH. Atualmente, o acervo conta com três principais documentações: o acervo bibliográfico, o acervo de entrevistas e as coleções de documentos (fotografias, panfletos, jornais e revistas feministas etc.) Talvez, atualmente, devêssemos acrescentar que no LEGH também existe um novo tipo de coleção de arquivos: os arquivos digitais, dentre estes vídeos de entrevistas, um *webdocumentário* e pelo menos dois e-books produzidos pelo Laboratório.

O acervo bibliográfico do LEGH, em junho 2019, contabilizava 1.772 livros (IRE; SILVA, 2019). Dentre esses, constam também livros publicados como resultados de projetos maiores, como por exemplo os livros Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul (PEDRO; WOLFF, 2010) e Mulheres de Luta: Feminismo e Esquerdas no Brasil (1964-1985) (MELLO; WOLFF; ZANDONÁ, 2019). Os livros adquiridos pelo projeto "Mulheres de luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985)", ampliaram o acervo em mais de 700 títulos. São diversas obras historiográficas, filosóficas, literárias e feministas (IRE; SILVA, 2019). O acervo de entrevistas também aumentou significativamente graças a esse projeto, que trouxe a novidade de gravar entrevistas

em vídeo. Constam 238 entrevistas de todos os países do Cone Sul contabilizadas até meados de 2019, todas transcritas, a maior parte em formato de áudio. O acervo está sempre aumentando, pois conta com a ajuda de todas as integrantes do Laboratório. Essas entrevistas, com raras exceções, podem ser consultadas no espaço do LEGH, podendo ser usadas em pesquisas dentro da universidade por estudantes de todos os níveis (IRE; SILVA, 2019). Assim, podemos considerar que "acervos acadêmicos de pesquisa podem ser tomados como arquivos de materiais justificadores da constituição de um 'saber' em nível universitário, que reivindica para si um lugar na esfera de 'poder' intelectual, transcendendo, ou não, os limites da academia" (VEIGA, 2014, p. 71 apud IRE; SILVA, 2019).

Convém também falar sobre as reuniões do LEGH, que, nesses tempos de pandemia, transformaram-se para caberem na virtualidade exigida pelo isolamento social. Há muitos anos, o Laboratório promove reuniões semanais para leitura e debate de textos e livros sobre feminismo, história das mulheres, relações de gênero, colonialidade, racismo entre outros temas. Todas as reuniões ocorrem durante o período da tarde e são abertas à comunidade acadêmica e não-acadêmica. É um espaço de formação para várias pesquisadoras e pesquisadores, professoras e professores; é um espaço onde podemos apresentar e socializar nossas pesquisas, onde os debates contribuem para nossa formação; é um espaço onde a pesquisa toma materialidade e é possibilitada por ações coletivas, feministas; é um espaço mobilizador de afetos, porque, muitas vezes, as conversas ultrapassam a teoria e tomam forma na prática. Talvez o LEGH também funcione como uma adaptação contemporânea dos "grupos de reflexão" ou "grupos de consciência"[12], tão utilizados pelas feministas nos anos 1960 e 1970, onde elaboravam seus problemas e compreendiam que "o pessoal é político". Pois, como analisou Sara Ahmed (2015, p. 285, tradução nossa):

[12] Os grupos de reflexão, também chamados de grupos de consciência, foram criados na segunda metade dos anos 1960 nos Estados Unidos, mas ultrapassaram as fronteiras deste país e funcionaram como metodologia para várias feministas, em vários lugares do mundo. O objetivo desses grupos era que as mulheres, sem a presença dos homens, pudessem falar sobre situações que eram experienciadas dada sua "condição feminina", termo bastante utilizado na época. Entendendo que situações de opressão experienciadas no cotidiano eram vividas não só por uma, mas por várias mulheres, as mulheres compreenderiam o caráter estrutural da opressão patriarcal expresso nas relações pessoais, ou seja, seria possível perceber que "o pessoal é político". Sobre o tema, ver mais em PEDRO, 2012.

> Através do trabalho de ouvir os outros, de ouvir a força de sua dor e a energia de sua indignação, de aprender a ser surpreendido por tudo o que enfrentamos; através de tudo isso, um "nós" é formado e um vínculo é estabelecido. Este é um vínculo feminista e um vínculo com o feminismo, e está em movimento. [...]. Esses movimentos criam a superfície de uma comunidade feminista. Na formação e deformação dos laços: na escrita, conversas, ação, trabalho, o feminismo se move e se move. Ele se conecta e se vê conectado. Mais do que tudo, no alinhamento do "nós" com o "eu" – o sujeito feminista com o coletivo feminista, um alinhamento imperfeito e, portanto, gerador –, é onde uma nova gramática da existência social se torna possível.

Nesse sentido, é necessário afirmar a importância do LEGH enquanto um espaço onde é possível a produção coletiva de fontes por pesquisadoras e pesquisadores. A produção das fontes em conjunto também é fruto de vínculos feministas forjados dentro do Laboratório, almejando essa "nova gramática da existência social", que pode traduzir-se em uma pedagogia de ensino e pesquisa feminista.

Um importante exemplo de produção coletiva de fontes no LEGH foi o Projeto "Mulheres de Luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985)", coordenado pela professora Drª Cristina Scheibe Wolff e financiado pela CAPES através do Edital "Memórias Brasileiras: Conflitos Sociais". A principal problemática do projeto foi que o feminismo tem sido um conflito social importante na sociedade brasileira, e que se consolidou especialmente na sua interação com grupos de esquerda durante o período da ditadura (1964-1985), trazendo significativas mudanças sociais e culturais nesse período. A pesquisa foi feita através da realização de entrevistas orais gravadas em vídeo, levantamentos bibliográficos, periódicos feministas e da imprensa alternativa encontrados nas viagens de pesquisa e em acervos em todo o Brasil, entre outros, e contou com uma grande equipe de pesquisadoras e pesquisadores, envolvendo, além do LEGH e do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC, programas de pós-graduação e departamentos de graduação de várias universidades do país e de outras duas universidades do exterior[13].

[13] Estavam vinculadas ao Projeto pesquisadoras e pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGH/UFSC), do PPGH da Universidade Federal do Ceará (PPGH/UFC), do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa (PPGJ/UEPG), além da colaboração de alunas e professoras da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), da Universidade Federal de Grande Dourados (UFGD), da Universidade do Extremos Sul Catarinense (UNESC), da Universidade do Estado de Santa Catarina

Os dois principais resultados do Projeto foram a produção de um *webdocumentário* e de um e-book. Ambos foram lançados nas IV Jornadas do LEGH: Mulheres de Luta, realizadas na UFSC nos dias 21 e 22 de novembro de 2019, um evento promovido pelo Laboratório e que trouxe pesquisadoras e pesquisadores de várias universidades do país, além de promover a participação de profissionais da rede básica de ensino.

O *webdocumentário* produzido pela equipe de pesquisadoras e pesquisadores do LEGH reuniu uma vasta documentação que incluiu trechos de entrevistas e documentos coletados pelas equipes de pesquisa do projeto, quais sejam, fotografias, panfletos, recortes de jornais e revistas feministas, atas e memórias de reuniões e produções audiovisuais. Várias equipes de pesquisadoras – compostas por bolsistas de iniciação científica, mestrandas, doutorandas, pós-doutorandas e professoras – foram constituídas para dar conta da pesquisa documental e da escrita do roteiro de cada um dos temas, todos envolvidos pelo questionamento sobre o feminismo como conflito social. Foram produzidos 19 “minidocs” para compor a totalidade do *webdocumentário,* separados pelas seguintes temáticas: Mulheres indígenas; mulheres negras; mulheres lésbicas; mulheres rurais; mulheres religiosas; mulheres na política; mulheres militantes de esquerda; movimento feminista; imprensa feminista; encontros feministas; movimento estudantil; movimento homossexual; humor gráfico; audiovisual e feminismo; a luta e o embate entre feminismo e esquerda; trabalho, maternidade e domesticidade; descoberta do feminismo; sexualidades e exílio.

Podemos considerar o *webdocumentário* como um documento primário digital exclusivo, tal qual define o historiador Fábio Chang de Almeida (2011). Ao considerar as fontes documentais enquanto “registros da expressão da experiência humana em suas mais variadas manifestações, independente de seu suporte material” (ALMEIDA, 2011, p. 17), o autor sinaliza a importância das fontes digitais para o ofício da História. Esta, tal qual qualquer outra fonte histórica, possui seus desafios e possibilidades de uso. Almeida define as especificidades das fontes digitais, caracterizando-as em dois

(UDESC), da Universidade Federal de Sergipe (UFS), da University of Nottingham (Inglaterra) e da Université Rennes 2 (França).

tipos de documentos: documentos não primários digitais e os primários digitais – o qual divide-se entre documentos primários digitais exclusivos e digitalizados.

Dentro da perspectiva das fontes digitais, o *webdoc* se insere enquanto tal por ser uma fonte produzida exclusivamente em plataformas digitais, estando disponíveis apenas nestes suportes (ALMEIDA, 2011), sendo produzidas a partir das intencionalidades que perpassam sua publicização nestes espaços midiáticos e sociais. É importante ressaltarmos que esta produção do LEGH foi voltado para o ensino, articulando um vasto número de fontes que possibilitam metodologias outras para pensar o ensino de História do Brasil contemporâneo no ensino básico, a partir de um viés da História das mulheres, dos estudos feministas e de gênero. Além disso, a produção do *webdoc* foi uma forma de publicizar trechos de entrevistas de mulheres, que, por motivos de ordem ética, não podem ser amplamente divulgadas. Através do *webdoc*[14], o uso dessas fontes orais é possibilitado em sala de aula, já divididos por temáticas, facilitando o uso de entrevistas e outros documentos sobre temas sensíveis como as memórias da ditadura militar.

O contexto de crise sanitária causada pela pandemia de COVID-19, acompanhado da crise política que ataca a ciência, trouxe a necessidade de pensarmos novas maneiras de divulgação dos saberes acadêmicos[15]. Nesse sentido, vimos a necessidade da difusão do trabalho a partir de outras plataformas digitais, tais como as redes sociais Instagram e Twitter. Nesse mesmo sentido, foi pensada uma nova estratégia para a divulgação dos 19 "minidocs" que constituem o *webdocumentário* "Mulheres de Luta", publicando os vídeos na plataforma do Youtube. Este trabalho também vem sendo realizado por considerarmos o caráter político que essas plataformas e redes sociais podem exercer atualmente. Sabemos que atualmente há muito conteúdo sendo produzido na Internet baseado em negacionismos e revisionismos da História e da ciência no geral. Em contrapartida, muitos são os canais, blogs e redes de comunicação digital que se debruçam em

[14] O *webdoc* produzido pelo LEGH está disponível no link https://mulheresdeluta.ufsc.br/, assim como em uma *playlist* do Canal do Youtube do LEGH, sendo possível seu acesso no seguinte link: https://www.youtube.com/playlist?list=PLKdlTYoXnoNYeN9VY_cXuYa7tyNzRIl-8

[15] No dia 7 de maio de 2020, o LEGH participou, ao lado de diversos outros núcleos de produção científica de todo o Brasil, da Marcha Virtual pela Ciência organizada pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Essa Marcha foi articulada em resposta aos diversos ataques do governo às universidades, reafirmando a validade e importância da produção do conhecimento acadêmico.

publicizar o conhecimento científico responsável, sobretudo o historiográfico, quebrando as fronteiras dos muros acadêmicos e buscando a democratização do conhecimento. Dentre eles, citamos alguns exemplos: Canal do Youtube “Mulheres na Ciência”; Podcast da Associação Nacional de História (ANPUH); o Podcast “Segundas Feministas” do GT de Gênero da ANPUH, o Blog e portal de divulgação científica de História “Café História”; o Canal no Youtube “Leitura ObrigaHistória”; o Podcast “A trivialista”, entre outros.

Novamente, ressaltamos nossa afirmação política no espaço público da Internet, possibilitando uma democratização do conhecimento histórico.

Essa nova forma de divulgação do trabalho realizado no LEGH, por sua vez, desdobrou-se em mais formas de difusão e democratização do acesso ao conhecimento produzido. A partir de maio de 2020, o Portal Catarinas – importante veículo de jornalismo independente feminista catarinense – convidou as equipes que produziram o webdoc para escreverem colunas semanais que apresentassem as temáticas do *webdocumentário,* realizando uma parceria com o LEGH intitulada “Websérie ‘Mulheres de Luta: feminismo e esquerdas no Brasil’” (CATARINAS, 2020). A difusão das pesquisas do LEGH em outros veículos de informação e divulgação permite o acesso do público aos conhecimentos acadêmicos acerca da História das Mulheres, facilitando o diálogo entre a pesquisa e o ensino de História.

Por último, cabe ainda falar de um dos atuais projetos do LEGH, o Projeto “Políticas da emoção e do gênero na resistência às ditaduras do Cone Sul”. Esse projeto, coordenado pela professora Drª Cristina Scheibe Wolff e financiado pelo CNPq, busca compreender a emoção como componente dos discursos da resistência às ditaduras nos países do Cone Sul, percebendo como os sujeitos da resistência mobilizaram emoções, laços afetivos como as amizades e discursos de gênero como agência para se oporem às ditaduras. Pensando nos resultados obtidos com o Projeto “Mulheres de Luta” e sua divulgação na plataforma do Youtube, o Projeto “Políticas da emoção e do gênero” também produzirá uma *websérie* que será hospedada na mesma plataforma, além de também publicar um e-book, agregando ainda mais o acervo de fontes digitais do LEGH que poderão ser usados por professoras, professores, alunos, alunas, pesquisadoras e pesquisadores no contexto da pesquisa

e ensino de História. O lançamento do e-book e do documentário estão previstos para o início de 2021. Continuamos persistindo na produção de uma pedagogia feminista.

Algumas considerações finais

Por fim, voltamos ao contexto que demarca a escrita deste trabalho, a pandemia. Nesse momento tão confuso e incerto, onde os encontros em sala de aula estão impossibilitados, professores de todo o mundo precisam se adaptar às plataformas *on-line* e à utilização do ensino remoto como a principal ferramenta de ensino[16]. Além disso, pesquisadoras e pesquisadores das áreas das Humanidades também precisam adaptar suas pesquisas para que essas possam caber nesse mundo virtual. Partindo de uma experiência pessoal, onde novas possibilidades de encontros foram criados coletivamente, nosso texto buscou refletir sobre a importância de produção de fontes digitais que possibilitem o ensino de História das Mulheres, articulando o ensino e a pesquisa à uma pedagogia feminista, que combata o apagamento das narrativas sobre a História das mulheres, dos feminismos e dos estudos de gênero, o que vem sendo construído pela direita como um projeto anti-científico, baseado em discursos anti-intelectuais, misóginos e reacionários.

Para além de considerarmos que a produção dessas fontes são suficientes para resolver as questões estruturais e desiguais que circundam a História das Mulheres, esperamos que este trabalho suscite novas discussões sobre a importância da produção do conhecimento feminista. E, ainda, que se perceba a importância da construção de novas fontes e, assim, novas pedagogias feministas. É importante persistir na produção de fontes sobre a História das Mulheres e sobre o conhecimento feminista. Pois, como apontou Sara Ahmed (2017, p. 112, tradução nossa), "*os estudos feministas, como um projeto, não terminarão até que as universidades deixem de ser o terreno dos estudos dos homens*". E, não somente as universidades, mas, todas as esferas públicas.

[16] Esse texto foi também resultado de uma reflexão coletiva entre as pesquisadoras e pesquisadores do LEGH, durante o contexto de pandemia. Nesse momento (junho de 2020), nossas reuniões são realizadas através de uma plataforma online, nas quais está sendo apresentado e debatido o livro de Sara Ahmed, "Living a feminist life" (2017). Acreditamos que seja importante demarcar que todas as pessoas que participam do LEGH, de uma forma ou de outra, fazem parte desse texto conosco.

Para além disso, a construção de uma pedagogia feminista que pense e construa transformações materiais tem em sua base a esperança no feminismo. Assim, "*colocar esperança no feminismo não fala simplesmente sobre o futuro; trata-se também de reconhecer a persistência do passado no presente. Devemos persistir por causa dessa persistência, mantendo o feminismo vivo no presente*." (AHMED, 2015, p. 284, tradução nossa). Estudar a história das mulheres é reconhecer a persistência do passado no presente. E, por isso, as práticas por uma pedagogia feminista devem continuar e se intensificar.

Referências

AHMED, Sara. **La política cultural de las emociones**. Trad. Cecilia Olivares Manduy. Ciudad de México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2. ed., 2015.

AHMED, Sara. **Living a Feminist Life**. Durham: Duke University Press, 2017.

ALBU, Débora. **Ciberfeminismo no Brasil: construindo identidades dentro dos limites da rede**. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017.

ALMEIDA, Fábio Chang de. O historiador e as fontes digitais: uma visão acerca da internet como fonte primária para pesquisas. **Aedos,** n. 8, v.3, jan./jun. 2011.

AYERS, Edward L. **The Pasts and futures of digital history**. Charlottesville: University of Virginia, 1999.

BEARD, Mary. **Mulheres e poder:** um manifesto. São Paulo: Planeta do Brasil, 2018.

CATARINAS, Portal. Websérie "Mulheres de luta: feminismo e esquerdas no Brasil" estreia no Catarinas. **Portal Catarinas.** Florianópolis. Publicado em 21 de maio de 2020. Disponível em: https://catarinas.info/webserie-mulheres-de-luta-feminismo-e-esquerdas-no-brasil-estreia-no-catarinas/

COHEN, Daniel I.; ROSENZWEIG, Roy. **Digital History**: A Guide to Gathering, Preserving, and Presenting the Past on the Web. Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 2006.

DAVIS, Angela; KLEIN, Naomi. **Construindo movimentos**: uma conversa em tempos de pandemia. Boitempo Editorial, 2020. [ebook]

DE MIGUEL, Ana y Montserrat Boix. Los géneros en la red: los ciberfeminismos. In: NATANSOHN, Graciela (coord.). **Internet en código femenino**. Buenos Aires: ICRJ, 2013.

FERREIRA, Carolina Branco de Castro. Feminismos Web: linhas de ação e maneiras de atuação no debate feminista contemporâneo. **Cadernos Pagu** (44), pp. 199-228, jan.-jun., 2015.

FREITAS, Larissa Viegas de Mello. **Experiências feministas no espaço virtual**: debates sobre interseccionalidade, colonialidade e branquitude em blogueiras negras e blogueiras feministas (2010-2019). Tese [Doutorado em História]. UDESC, 2020.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu,** n. 5, pp. 07-42, 1995

HARDING, Sandra. **The science question in feminism.** Ithaca: Cornell University Press, 1986.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir**: educação como prática da liberdade. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013

IRE, Binah; SILVA, Janine Gomes da; O acervo do Laboratório de Estudos de Gênero e História - LEGH: pesquisas e histórias feministas. In: WOLFF, Cristina Scheibe; ZANDONÁ, Jair; MELO, Soraia Carolina. (Org.). **Mulheres de luta:** feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985). Curitiba: Appris, 2019, p. 384-405.

LEMOS, Marina. **Ciberfeminismo**: Novos discursos do feminino em redes eletrônicas. Dissertação [Mestrado em Comunicação e Semiótica]. PUC-SP, 2009.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura.** São Paulo: Editora 34, 1999.

MACHADO, Ana Carolina. História digital em tempos de crise: as demandas do tempo imediato e suas implicações no trabalho dos historiadores. **Aedos**, Porto Alegre, v. 12, n. 26, ago. 2020.

MALERBA, Jurandir. **Acadêmicos na berlinda ou como cada um escreve a História.** Ouro Preto. n. 15, p. 27-50, ago. de 2014.

MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele R. de; SANTHIAGO, Ricardo (Org.). **História pública no Brasil:** sentidos e itinerários. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

MELLO, Soraia Carolina de. Por que os estudos feministas são importantes? (Artigo). **Café História – história feita com cliques**, Brasília, seção Por quê? Publicado em 25 de fevereiro de 2019. Disponível em: https://www.cafehistoria.com.br/por-que-os-estudos-feministas-sao-importantes/

PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. **Revista Topoi**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 22, p. 270-283, jan.-jun. 2011.

PEDRO, Joana. M. O feminismo de 'segunda onda': corpo, prazer e trabalho. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. (orgs.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012, p. 238-259.

PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. **Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul.** Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: Operários, mulheres e prisioneiros. 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

PERROT, Michelle. Práticas da memória feminina. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, n.18, p. 9-18, 1989.

PIANTÁ, Lucas; TERRES, Pedro. Digital History Influencers: Os Limites entre a comunicação digital e a História Pública (Artigo). **História da ditadura,** Coluna Hiperlink: conexões históricas digitais. Publicado em 09 de junho de 2020. Disponível em: https://www.historiadaditadura.com.br/destaquecoc/digital-history/

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A cruel pedagogia do vírus.** Coimbra: Edições Almedina, 2020.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 20, no 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99.

SILVA, Janine Gomes da; PEDRO, Joana Maria; WOLFF; Cristina Scheibe. Acervo de pesquisa, memórias e mulheres: o Laboratório de Estudos de Gênero e História e as ditaduras do Cone Sul. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, n. 71, p.193-210, dez. 2018.

WOLFF, Cristina Scheibe; ZANDONÁ, Jair; MELO, Soraia Carolina. (Org.). **Mulheres de luta:** feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985). Curitiba: Appris, 2019, p. 384-405.

ZACCHI, Lara Lucena; MORATO, Marcelo Menezes. **The COVID-19 pandemic in Brazil: An urge for coordinated public health policies.** 2020, Preprint disponível em: https://hal.archives-ouvertes.fr/hal-0288